



O INCIDENTE TRAÍRA NA PALAVRA DO MINISTRO

No dia 4 de abril, o Ministro Carlos Tinoco, atendendo à convocação feita pelo Presidente do Senado Federal, compareceu àquela Casa para falar sobre a presença militar na Amazônia, enfocando, particularmente, os episódios ocorridos na região do rio Traíra, tão equivocada, ou maldosamente, explorados pela imprensa.

Em sua edição de abril de 1991, a revista *Verde-Oliva*, do Centro de Comunicação Social do Exército, sob o título "Ministro leva o Incidente Traíra ao Senado", apresentou os principais destaques da exposição do titular da Pasta do Exército, que são aqui reproduzidos.

INTRODUÇÃO

O Ministro iniciou discorrendo sobre a problemática intrínseca da área, destacando: a extensão territorial, o vazio demográfico, a extensão da linha de fronteiras e as riquezas naturais. Citou, ainda, os interesses de diversos segmentos nacionais e internacionais na área. Após lembrar o Tratado de Cooperação Amazônico, assinado em 1978, por oito países do continente, teceu con-

siderações sobre a cobiça internacional com relação à região, relembrando os seguintes episódios:

• o projeto do *Sistema de Grandes Lagos Amazônicos*, elaborado em 1967/68 pelo Hudson Institute, idealizado pelo futurólogo Herman Kahn, que previa a inundação de uma área quinze vezes maior que a de todos os projetos hidroelétricos previstos para a região;

• a atuação do *Conselho Mundial das Igrejas Cristãs* (a partir de 1981)

que, em suas diretrizes, afirma claramente, ao se referir à Amazônia e à população que a habita, tratarem-se de “patrimônios da humanidade e não dos países, cujos territórios, pretensamente, dizem pertencer-lhes;

- a atuação de *parlamentares europeus*, em 1989, junto à *Comunidade Econômica Européia*, no sentido de interromper o Projeto “*Grande Carajás*”, tentando inibir a exploração organizada de nossa riqueza mineral; e

- a recente proposta (1989) de um país europeu de se criar uma estrutura supranacional de defesa do meio ambiente que, apoiada na estranha tese de *defesa compartilhada*, teria o direito de intervir em nossos assuntos internos.”

PROJETO CALHA NORTE

A seguir, o mais alto prócer da Força discorreu sobre o histórico da presença militar na área em que ressaltou que “a ação pioneira do Exército foi sempre realizada com extrema dificuldade e enorme sacrifício, seja no nível institucional, seja no nível individual e familiar. Além das compreensíveis dificuldades de instalação e manutenção de efetivos, ainda que limitados, naquela região, para os Pelotões de Fronteira seguem militares, na maioria jovens, alguns acompanhados de suas famílias, sem nenhum conforto ou recompensa materialmente significativa, munidos apenas do ideal de servir”.

Lembrando aos parlamentares que o Projeto Calha Norte — instituído em 1985 pelo Governo Federal — não tem natureza essencialmente militar, o Ministro apresentou os objetivos do referido projeto:

- aumento da presença brasileira na área, fortalecendo as estruturas governamentais de oferta de serviços, de modo a criar estímulos e atrativos para o desenvolvimento da região;

- ampliação das relações bilaterais com os países vizinhos, fortalecendo os mecanismos de cooperação e os fatores de produção, reforçando a rede consular e facilitando as trocas comerciais entre as populações fronteiriças;

- expansão da infra-estrutura viária, sempre no sentido de complementar a vocação natural da região, que tem no transporte fluvial o mais importante fator de integração regional;

- fortalecimento da ação dos órgãos governamentais de Justiça, Polícia Federal, Receita Federal e Previdência Social como fatores de inibição da prática de ilícitos, decorrentes da pequena presença do Estado, em função das distâncias e do isolamento;

- intensificação das campanhas demarcatórias das fronteiras, pela restauração e adensamento dos marcos limítrofes;

- promoção da assistência e proteção às populações indígenas, ribeirinhas e extrativistas, através da delimitação e demarcação das terras ocupadas pelos índios e pela criação

de florestas nacionais capazes de oferecer-lhes proteção natural, em face dos contrastes de ordem cultural.”

Ainda sobre a Calha Norte, o palestrante esclareceu que o Ministério do Exército, por já dispor de estrutura na área, teve condições de responder prontamente ao desafio daquele empreendimento.

Prosseguindo, o Ministro abordou as dificuldades de estabelecer vigilância, em uma linha de fronteira terrestre com aproximadamente 9.600km de extensão, com apenas quinze pelotões, uma companhia e um batalhão, juntos a essa linha.

AÇÃO GUERRILHEIRA

No tocante ao episódio do dia 26 de fevereiro, o *Ministro Carlos Tinoco* iniciou, caracterizando a área e citando os antecedentes do fato:

Caracterização da área

A região da *Serra do Trafra*, na fronteira com a Colômbia, situa-se aproximadamente a 100km ao norte de Vila Bittencourt, onde está instalado o *3.º Pelotão Especial de Fronteira*, subordinado ao *1.º Batalhão Especial de Fronteira, sediado em Tabatinga*.

O local é região de floresta densa, cortada por rios e igarapés encachoeirados, havendo ocorrência de *ouro de aluvião* em vários pontos da Serra do Trafra.

O melhor meio de acesso é a utilização de helicópteros. Por via fluvial (meio normalmente empregado), o deslocamento, a partir de *Vila Bittencourt*, demora de dois a três dias, passando por duas pequenas cachoeiras, cuja ultrapassagem exige que os barcos, com as respectivas cargas, sejam retirados da água e transportados a braço através da floresta.

É importante destacar cinco áreas nesta região:

- a localidade de *Pueblo Nuevo*, na Colômbia, com uma população, basicamente de garimpeiros, que varia de 1.500 a 4.000 pessoas. Está afastada cerca de 5km da margem do rio Trafra e possui uma pista de pouso;

- a região de *Garimpito*, próxima a Pueblo Nuevo, onde se localiza uma área de garimpo colombiano. Nesse local, o ouro é encontrado sob o solo, necessitando, para sua extração, do emprego de explosivos, cuja utilização, naquela região, é proibida pelas autoridades colombianas, em face das atividades de guerrilha. Este fato contribui para a afluência de colombianos para o território brasileiro em busca do ouro de aluvião;

- a área que era explorada pela *Parrapanema*, englobando os diferentes garimpos da Serra do Trafra;

- o garimpo dos índios Tucanos, ao norte da Serra do Trafra;

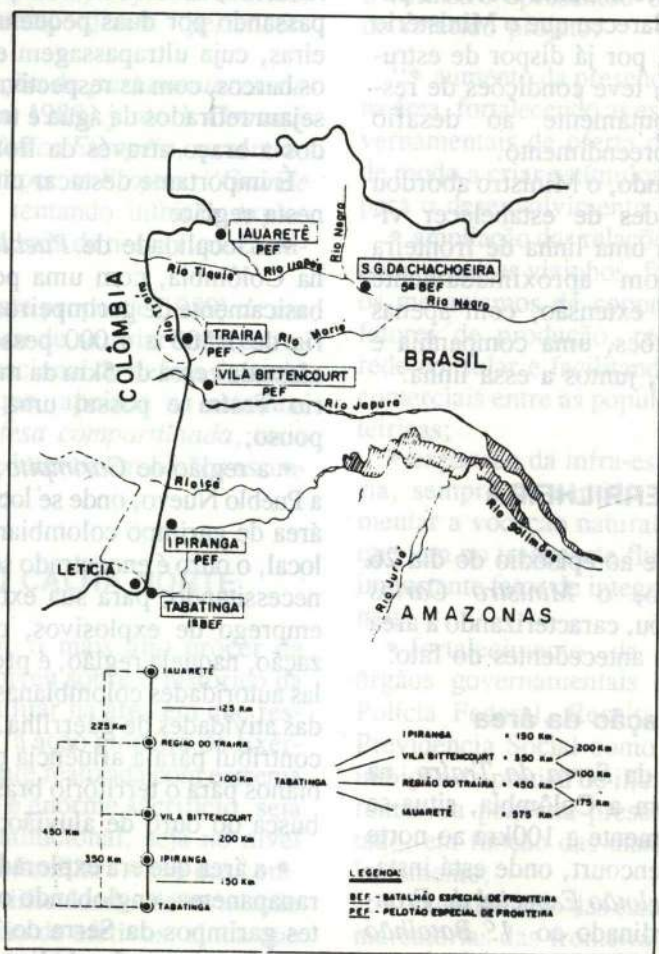
- o garimpo dos índios Makus, ao sul da Serra do Trafra.

Convém ressaltar que, além da dificuldade de acesso ao local, os efeitos adversos da vegetação tropical

dificultam o estabelecimento de sistemas de comunicações confiáveis, por provocarem variações no alcance e na emissão dos equipamentos.

e Construção, autorização para exploração mineral na região da Serra do Traíra.

Constantes incidentes entre garim-



Fronteira Brasil/Colômbia. Região do Rio Traíra

Antecedentes

Em 1985, foi concedida, à Parapanema S.A. Mineração, Indústria

peiros autônomos (brasileiros e colombianos), índios e a empresa de mineração marcaram o período de lavra sob a jurisdição da Parana-

nema, o qual estendeu-se, aproximadamente, até *fevereiro de 1990*, quando a empresa decidiu retirar-se da área, alegando inviabilidade econômica da exploração.

A saída da mineradora ocasionou a retirada de um pequeno contingente da Polícia Militar do Amazonas, que por ela era mantido. Em decorrência do afastamento da Paranapanema, o *Comando Militar da Amazônia* passou a manter a área sob vigilância.

A partir de 4 de março de 1990, em face de informes sobre a presença de garimpeiros colombianos na área do Trafra, o 1.º Batalhão Especial de Fronteira/Tabatinga deslocou para a região um pequeno *Destacamento* que, alojado precariamente nas antigas instalações da Paranapanema, passou a atuar com patrulhas, buscando averiguar os fatos e, posteriormente, afastar grupos de garimpeiros. Estes grupos, inicialmente constituídos apenas por brasileiros, aos poucos foram acrescidos de colombianos oriundos de *Pueblo Nuevo*.

Acresce que, subindo o Igarapé Castanho, afluente do Traíra em território brasileiro, e a cerca de 40km da confluência, chega-se a uma área indígena (Tucanos), onde também há ouro, conhecida como Colônia Paricachoeira III.

O aprofundamento das investigações levou à constatação de que barcos colombianos subiam o Igarapé Castanho levando mantimentos, utensílios e até mulheres para negociar com os índios tucanos, em troca de "ouro".

Explicando à platéia sobre as razões de existir apenas um destacamento naquela área, o Ministro assim se pronunciou:

"No final de outubro de 1990, em virtude da informação sobre a presença de numerosos garimpeiros colombianos na *Serra do Traíra*, foi determinado, pelo Comandante Militar da Amazônia, o emprego da Companhia de Selva, orgânica do 1.º *Batalhão Especial de Fronteira*, para realizar uma operação mais demorada na área.

Nessa ocasião, foi detectada a presença de cerca de 300 colombianos, dos quais 92 foram presos, e houve a apreensão de grande quantidade de material de garimpagem."

E prosseguiu:

"Após o controle da situação, efetivou-se o retraimento da tropa, permanecendo no local um destacamento de dezessete homens comandado por um tenente."

O ATAQUE

O ataque guerrilheiro foi descrito em detalhes pelo palestrante, conforme verificamos a seguir:

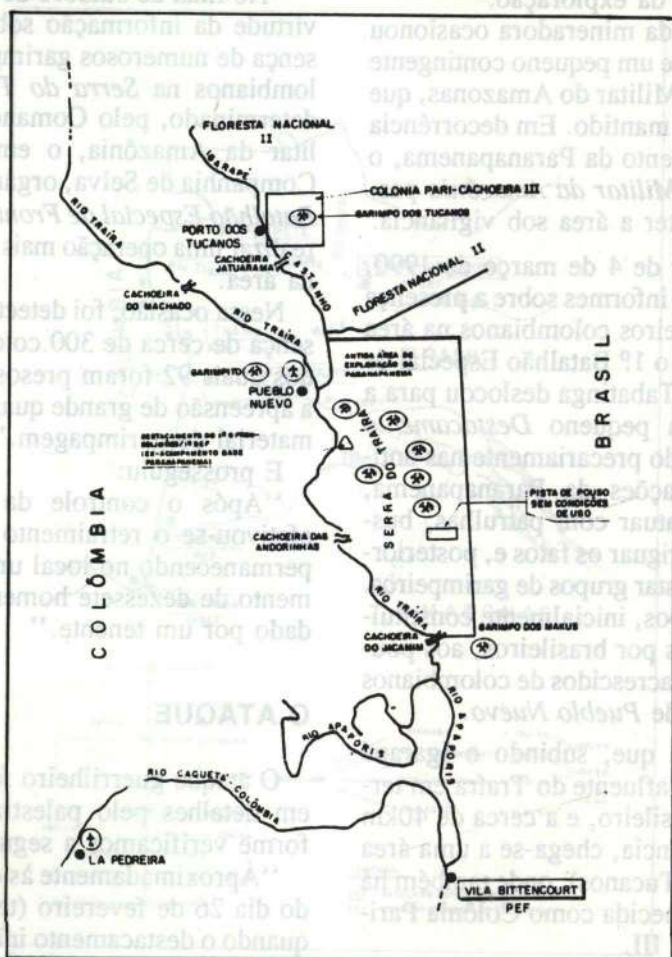
"Aproximadamente às doze horas do dia 26 de fevereiro (terça-feira), quando o destacamento iniciava o almoço, após o retorno de uma patrulha, um grupo de cerca de 34 homens, que se declararam guerrilheiros das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) — Comando Simon Bolívar — Fação Força e Paz, realizando uma incursão em territó-

rio brasileiro, atacaram-no com fogo de armas automáticas e utilizando táticas de guerrilha.

O ataque foi realizado por três colunas, das quais uma tomou posição

sentinelas e, a seguir, desencadeado intenso fogo de armas portáteis sobre o restante do destacamento, que, sem sucesso, tentou reagir.

Do ataque, resultaram três solda-



Croqui da Região do Rio Traíra
de tiro na margem colombiana do Rio Traíra, e as outras duas, progredindo através da selva, investiram sobre o acampamento.

Inicialmente, foram eliminadas as

dos mortos (duas sentinelas) e nove feridos.

Dois garimpeiros colombianos que estavam detidos aguardando evacuação para Vila Bittencourt foram,

na ocasião, mortos pelos guerrilheiros.

Ao término da operação, os colombianos apropriaram-se de estações rádio, munição, uniformes e de todo o armamento.

Providências tomadas

Caracterizada a ação guerrilheira em território nacional contra nossa tropa, foi o fato imediatamente levado ao conhecimento do Governo Federal, através do Ministério das Relações Exteriores, a quem foram solicitadas as necessárias gestões junto ao Governo da Colômbia no sentido de que suas Forças Armadas fossem empenhadas no combate aos guerrilheiros.

Paralelamente, o Destacamento foi reforçado e intensificaram-se as patrulhas, delas decorrendo escaramuças que resultaram na morte de sete guerrilheiros e no aprisionamento de outros quatro colombianos, entregues às autoridades militares daquele País.

Das gestões desenvolvidas pelo Ministério das Relações Exteriores, resultou uma reunião entre os Comandantes Militar da Amazônia — Gen Santa Cruz — e o da 4.^a Divisão do Exército Colombiano, sediada em Villa Vicenzio — Gen Edie Alberto Pallares Cotes, realizada no dia 9 de março último.

Nessa reunião, foram discutidas as ações e acertados os procedimentos a serem desenvolvidos pelos exércitos dos dois países, com o objetivo de combater o grupo guerrilheiro e

recuperar o material e armamento brasileiros por ele levados.

Em consequência dessa reunião, toda a região vem sendo constantemente patrulhada, tanto por nós quanto pelos colombianos, nos respectivos territórios.

Nossos homens levaram o reconhecimento terrestre, com apoio aéreo, até a região da Cachoeira do Machado, a cerca de 50km ao norte de nossa base no Rio Traíra.

Toda a fronteira, até a Cabeça do Cachorro, foi sobrevoada e, em alguns trechos, fotografada.

Está ainda prevista a realização de um reconhecimento terrestre na região da Serra do Caparro, situada na Cabeça do Cachorro.

Cumprе ressaltar, nestas operações, a perfeita e total integração das nossas três Forças Singulares, por meio de seus comandos na Amazônia.

A Força Aérea instalou um Centro de Controle Aéreo em Vila Bittencourt, possibilitando a operação, em segurança, das 21 aeronaves das três Forças para lá deslocadas (dezesseis da FAB, quatro do Exército e uma da Marinha).

A Marinha de Guerra deslocou para a Vila Bittencourt um navio patrulha fluvial que, além de servir de base de apoio logístico, levou aos habitantes daquela vila, localizada na linha de fronteira, maior segurança.

Todavia, a pletera de meios para lá deslocada não poderá permanecer integralmente na área, devendo ser reduzida ao mínimo julgado imprescindível.

No momento, a situação está calma, embora da Colômbia tenham chegado notícias da possibilidade de outro ataque por parte dos "guerrilheiros".

CONCLUSÃO

Antes de colocar-se à disposição dos senadores para o debate, o Ministro do Exército concluiu:

"Atritos de fronteira entre brasileiros e nacionais dos países vizinhos, em maior ou menor escala, ocorreram do Rio Grande do Sul ao Acre, o que não impediu, com o passar do tempo, a solução dos problemas e a estabilização da linde. Os senhores se recordam que a atuação de Plácido de Castro e seus homens, no início do século, em território boliviano na região do Acre, levou o Governo Brasileiro a adquirir, da Bolívia, a área que hoje se constitui naquele Estado, como forma de solucionar a questão.

Como salientei, ao abordar o tópico referente à presença do Exército na área, somente agora se pode dizer que a Amazônia está sendo realmente ocupada. A Ilha Amazônica caminha para sua efetiva integração ao território nacional.

Mas lá existem complicadores que não ocorreram em outras épocas e em outras regiões. Além desta ocupação estar acontecendo às vésperas do III Milênio, quando os estímulos materiais decorrentes da evolução tecnológica tendem a fixar o homem nas proximidades dos centros desenvolvidos, devem ser ressaltados os fato-

res intrínsecos à Amazônia Brasileira, em sua maioria, comuns à área de toda a Bacia.

Entre esses complicadores destacamos:

- o imenso espaço geográfico da chamada Amazônia Legal, envolvendo cerca de 60% do território nacional;

- a precária rede viária, predominantemente fluvial;

- a pequena e rarefeita população;
- as dificuldades enfrentadas pelos Governos Estaduais e Federal para se fazerem presentes na área;

- a existência de índios de diferentes tribos, que desconhecem limites fronteiriços entre países;

- a presença de garimpeiros que, atraídos pelo ouro à flor da terra, atuam em diversas áreas, sem alvarás de autorização, nem sempre respeitando limites de fronteiras, acarretando sérios prejuízos ao meio ambiente, além de corromperem os índios, degradando seus costumes e levando-lhes doenças, sem a eles nada acrescentar culturalmente, senão despertar-lhes o interesse pelo ouro; e

- a ação de missões religiosas estrangeiras, nem sempre voltadas para suas funções precípuas.

Se somarmos a tudo isso:

- a grande distância existente entre os marcos fronteiriços;

- a existência de grupos de guerrilheiros organizados e de poderosos cartéis de narcotraficantes em alguns países vizinhos;

- a atuação predatória de garimpeiros de várias nacionalidades;

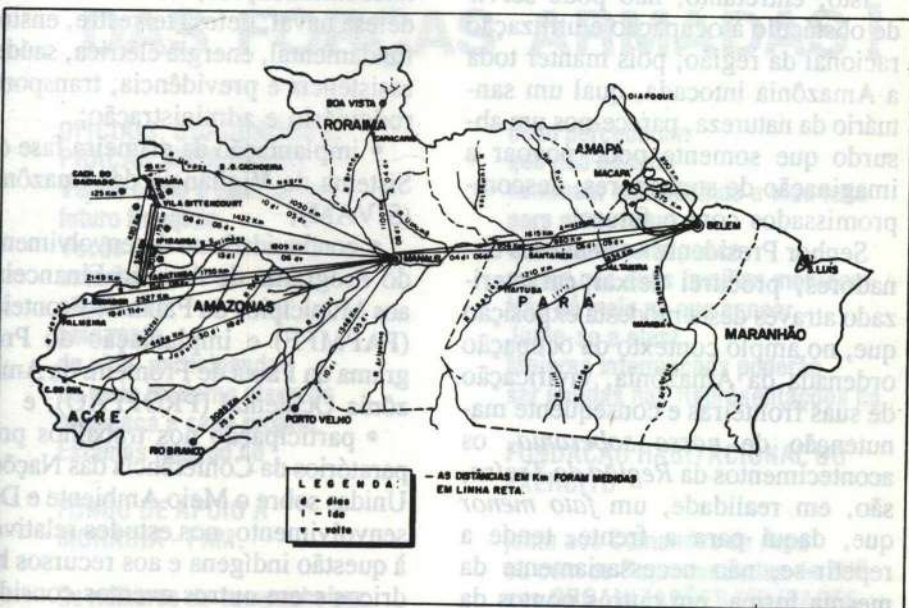
- a atuação de grupos multinacionais sob vários pretextos: ecologia, defesa dos povos indígenas, internacionalização da floresta etc.; e
- as dificuldades que têm os governos dos países vizinhos em projetarem seu poder nas áreas limítrofes, concluiremos, com absoluta clareza, que:
- a situação deverá ser enfrentada de forma global, por intermédio de decisiva ação governamental, envolvendo todos os Ministérios, Secretarias, Iniciativa Privada e Organismos com responsabilidade no encaminhamento da solução dos diferentes problemas;
- é de fundamental importância acelerar os entendimentos com os pa-

íses vizinhos em torno do Pacto Amazônico.

O Programa Calha Norte veio ao encontro desses objetivos. Erradamente, tem sido acusado de ser um programa puramente militar; a verdade é que a estrutura do Exército, já de há muito presente na área, possibilitou uma pronta resposta às solicitações em sua esfera de atuação, o que não ocorreu com outros setores.

Tal fato tem acarretado a acusação de nos imiscuirmos em assuntos cuja responsabilidade não nos cabe, nos quais nos envolvemos por sermos, invariavelmente, os únicos presentes.

Acredito que a total implementação do Programa Calha Norte, envolvendo todos os setores responsáveis,



Distâncias para o transporte fluvial/marítimo

é de fundamental importância, não só para evitar tais acusações, mas principalmente para criar todas as condições que possibilitem a ocupação de tão extensa área, de forma ordenada, com a correta utilização de suas terras agricultáveis, e a preservação das áreas onde seja mais conveniente o extrativismo e a exploração organizada de suas imensas riquezas minerais e hídricas, em benefício de toda a sociedade.

Há sérios desafios a vencer em busca desse desiderato, particularmente no que diz respeito à defesa dos sistemas ecológicos naturais e à incorporação de técnicas agrícolas adequadas aos trópicos úmidos.

Isto, entretanto, não pode servir de obstáculo à ocupação e utilização racional da região, pois manter toda a Amazônia intocada, qual um santuário da natureza, parece-nos um absurdo que somente pode povoar a imaginação de sonhadores, descompromissados com o futuro.

Senhor Presidente — Senhores Senhores, procurei deixar caracterizado através desta modesta exposição que, no amplo contexto da ocupação ordenada da Amazônia, vivificação de suas fronteiras e conseqüente manutenção de *nossa soberania*, os acontecimentos da *Região do Traíra*, são, em realidade, um *fato menor* que, daqui para a frente, tende a repetir-se, não necessariamente da mesma forma, em outros pontos da fronteira, à medida que for se intensificando a presença humana na região.

Diante dos fatos, ousou afirmar que o Programa deve abarcar toda a Amazônia e não exclusivamente a Calha Norte.

É importante ressaltar, nesta oportunidade, que o Presidente Collor, em sua recente mensagem ao Congresso Nacional, na abertura da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 49ª Legislatura, evidenciou sua intenção de conferir prioridade às seguintes ações, que dizem respeito à Amazônia:

- continuidade no desenvolvimento do Projeto Calha Norte, conferindo-lhe a feição de programa de governo, com previsão de ações nas áreas de telecomunicações, de defesa aérea, defesa naval, defesa terrestre, ensino fundamental, energia elétrica, saúde, assistência e previdência, transporte rodoviário e administração;

- implantação da primeira fase do Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM);

- continuidade no desenvolvimento do Programa de Auxílio Financeiro aos Municípios da Faixa de Fronteira (PAFMFF) e implantação do Programa da Faixa de Fronteira da Amazônia Ocidental (PROFFAO); e

- participação nos trabalhos preparatórios da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, nos estudos relativos à questão indígena e aos recursos hídricos e em outros eventos considerados de natureza estratégica.

Nesse contexto insere-se, também, o zoneamento ecológico-econômico

da região, previsto desde o lançamento do Programa Nossa Natureza, em 1988.

Finalmente, convém aduzir que muitos falam sobre a Amazônia sem nunca a terem sequer visitado. É, pois, de fundamental importância que essa imensa região de nosso território seja cada vez mais conhecida dos

brasileiros, particularmente daqueles que detêm alguma parcela de responsabilidade nos destinos do País, já que só assim muitos falsos conceitos serão desmistificados e os problemas da região, melhor compreendidos, poderão ser adequadamente equacionados e resolvidos, criando as defesas necessárias contra a cobiça estrangeira.

COMPANHEIROS DAS FORÇAS ARMADAS!

**OFICIAIS, GRADUADOS E
PRAÇAS ENGAJADAS!**

**Vejam como é fácil ter um
futuro tranqüilo.**

**Vocês
estarão
segurados
pelo resto
da vida, participando
do mais moderno plano de
poupança e casa própria.
Estamos falando do**

**FUNDO DE APOIO À
MORADIA - FAM.**

**Os milhares de companheiros,
das Forças Armadas,
que já aderiram ao FAM,**

**cedo perceberam
que não adianta
continuar contribuindo a vida toda
para planos que
oferecem muito pouco
para o que suas famílias merecem.
Não há mais no que pensar.
Junte-se a eles!
Maiores informações poderão
ser obtidas nas Representações da**

**FUNDAÇÃO HABITACIONAL DO
EXÉRCITO**

**junto aos Comandos de Área
ou com os Representantes da FHE
nas ORGANIZAÇÕES MILITARES
DO EXÉRCITO
mais próximas de sua Unidade.**



FUNDAÇÃO HABITACIONAL DO EXÉRCITO